

ENCDA 2025+

Resultados da Consulta Pública

GPP, Lisboa | dezembro 2025

Enquadramento

O Plano de Ação da ENCDA 2025+ assenta numa abordagem participativa e colaborativa, reconhecendo que a redução do desperdício é um desafio transversal que exige o envolvimento ativo de toda a sociedade.

O processo de consulta pública e auscultação de diferentes setores — cidadãos, organizações da sociedade civil, entidades científicas, empresas e administração pública — visa garantir que as ações propostas resultam de uma construção coletiva, refletindo a diversidade de contributos.

A consulta pública foi lançada no dia 29 de setembro, no Dia Internacional de Consciencialização sobre Perdas e Desperdício Alimentares, e decorreu até 30 de outubro. Foi dirigida a cidadãos, instituições e agentes do setor agroalimentar, que foram convidados a apresentar contributos.

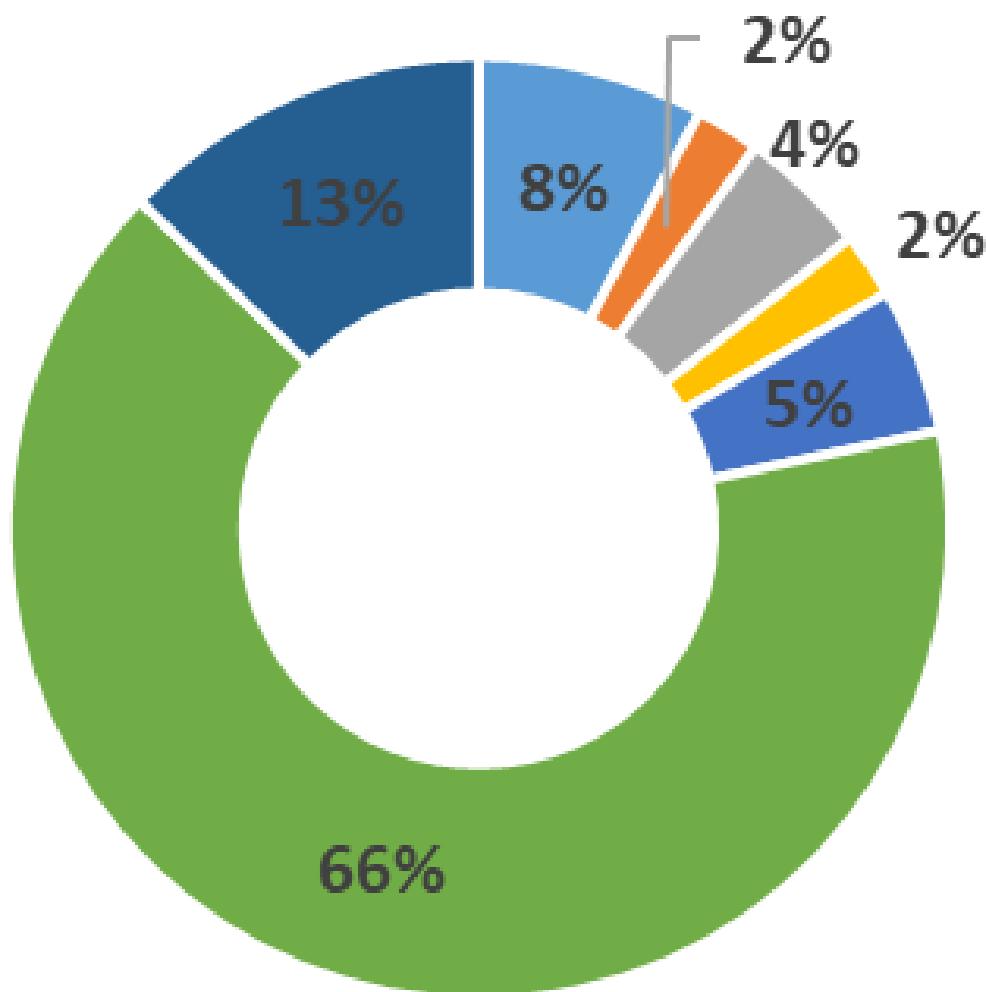
Esta consulta contou com a **participação de 181 contributos**, refletindo o envolvimento de cidadãos, organizações, agentes do setor agroalimentar e da administração pública.

RESULTADOS

I. Elementos de caracterização do responsável pela resposta



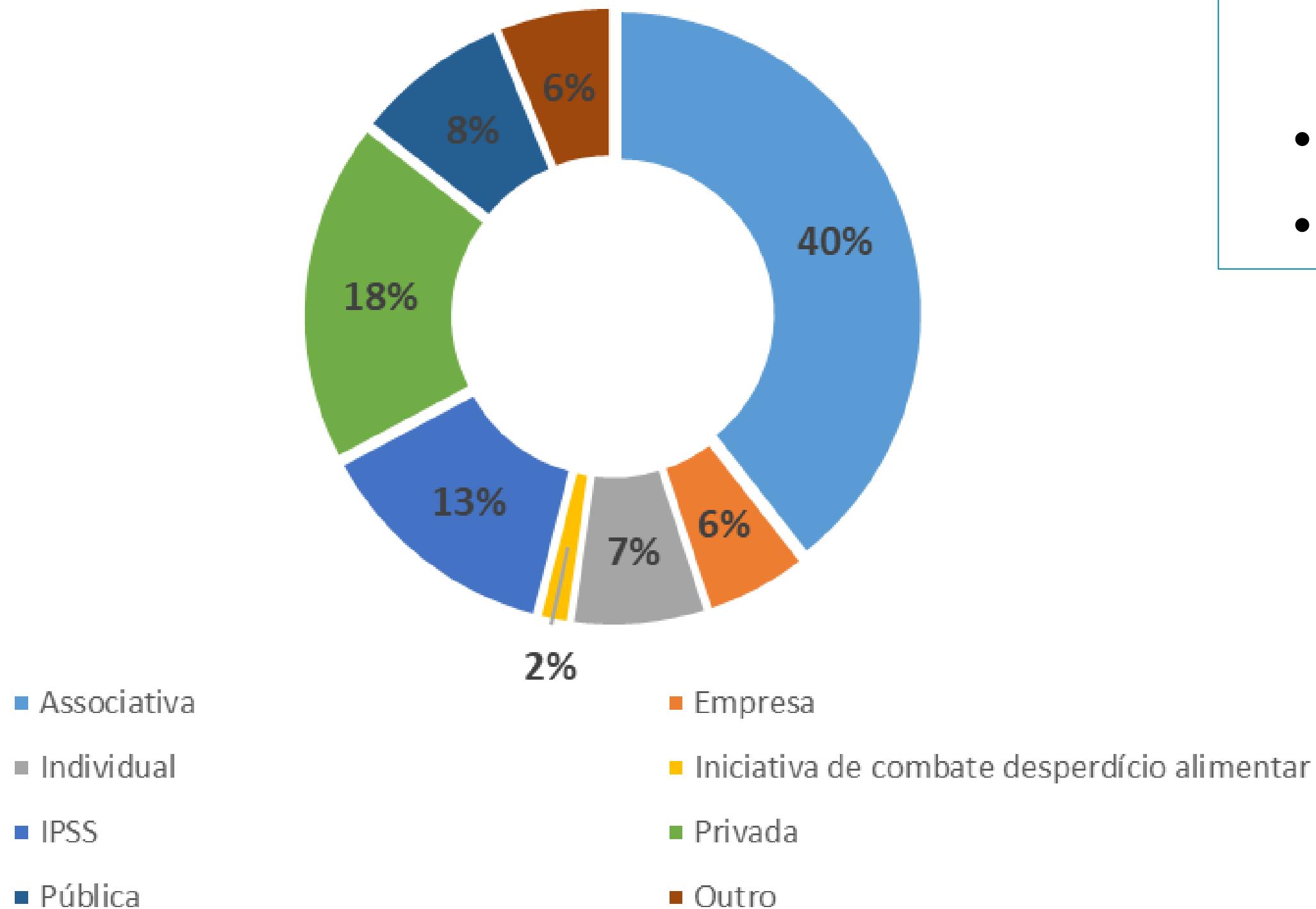
1 e 2. Principais áreas de interesse



- Destaca-se a participação ao processo de consulta pública por parte do **Setor social e solidário (66%)**, seguindo-se a opção “**Outro (13%)**”, no qual foram descritas as seguintes áreas: Setor de Gestão de Resíduos Urbanos, Consumidores, Transporte e Logística e a Investigação.

- Administração Pública
- HoReCa
- Indústria agroalimentar
- Produção primária
- Retalho
- Setor social e solidário
- Outro

3. Tipo de Entidade



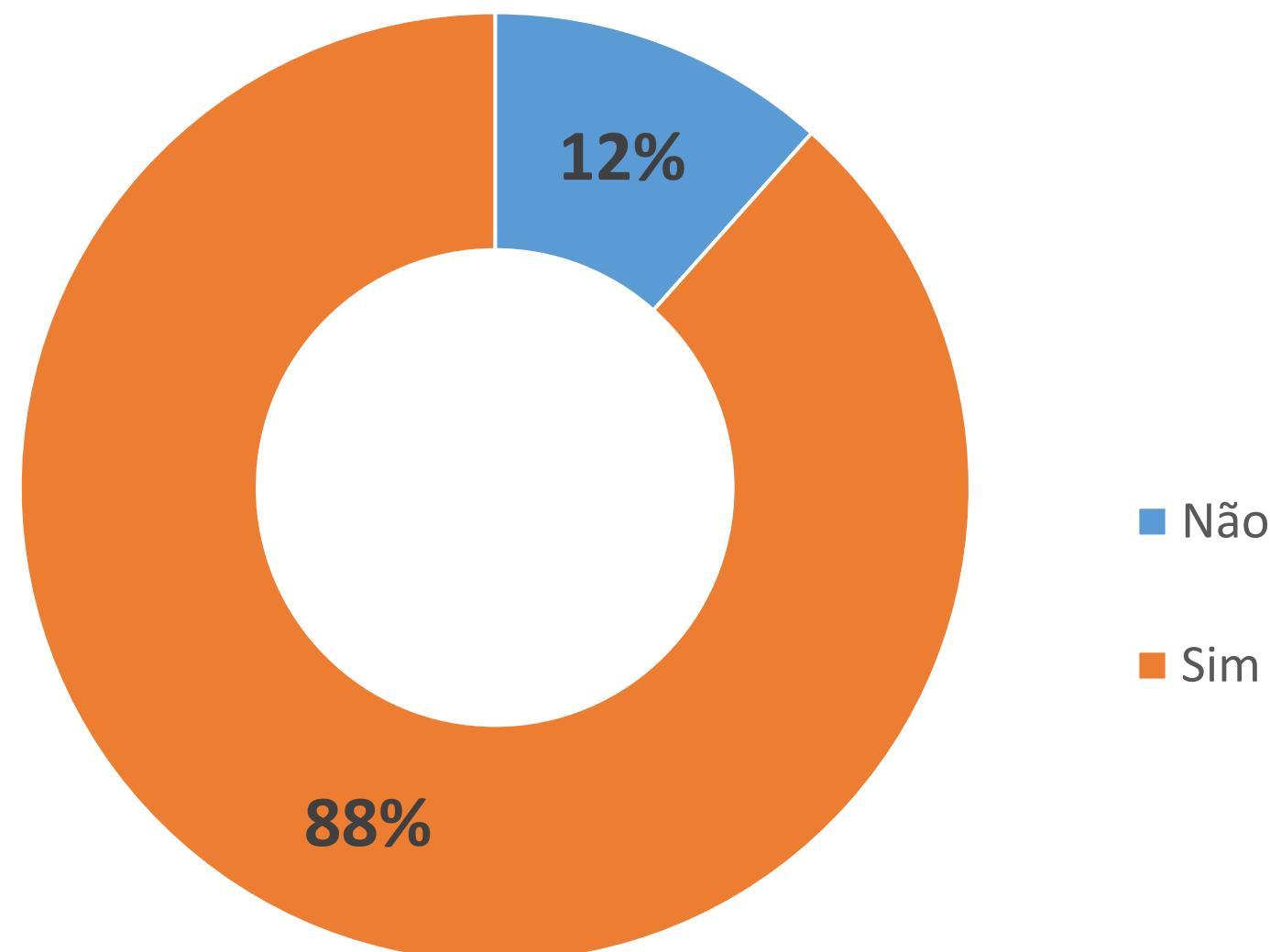
- 40% dos participantes são Entidades Associativas;
- 18% são Entidades Privadas;
- 13% são IPSS.

RESULTADOS

II. ENCDA 2025+



4 e 5. Considera que os Objetivos Estratégicos e Operacionais da Estratégia refletem as preocupações e necessidades identificadas?



- 88% dos participantes consideraram que os Objetivos Estratégicos e Operacionais refletem as preocupações e necessidades identificadas.

4 e 5. Considera que os Objetivos Estratégicos e Operacionais da Estratégia refletem as preocupações e necessidades identificadas?



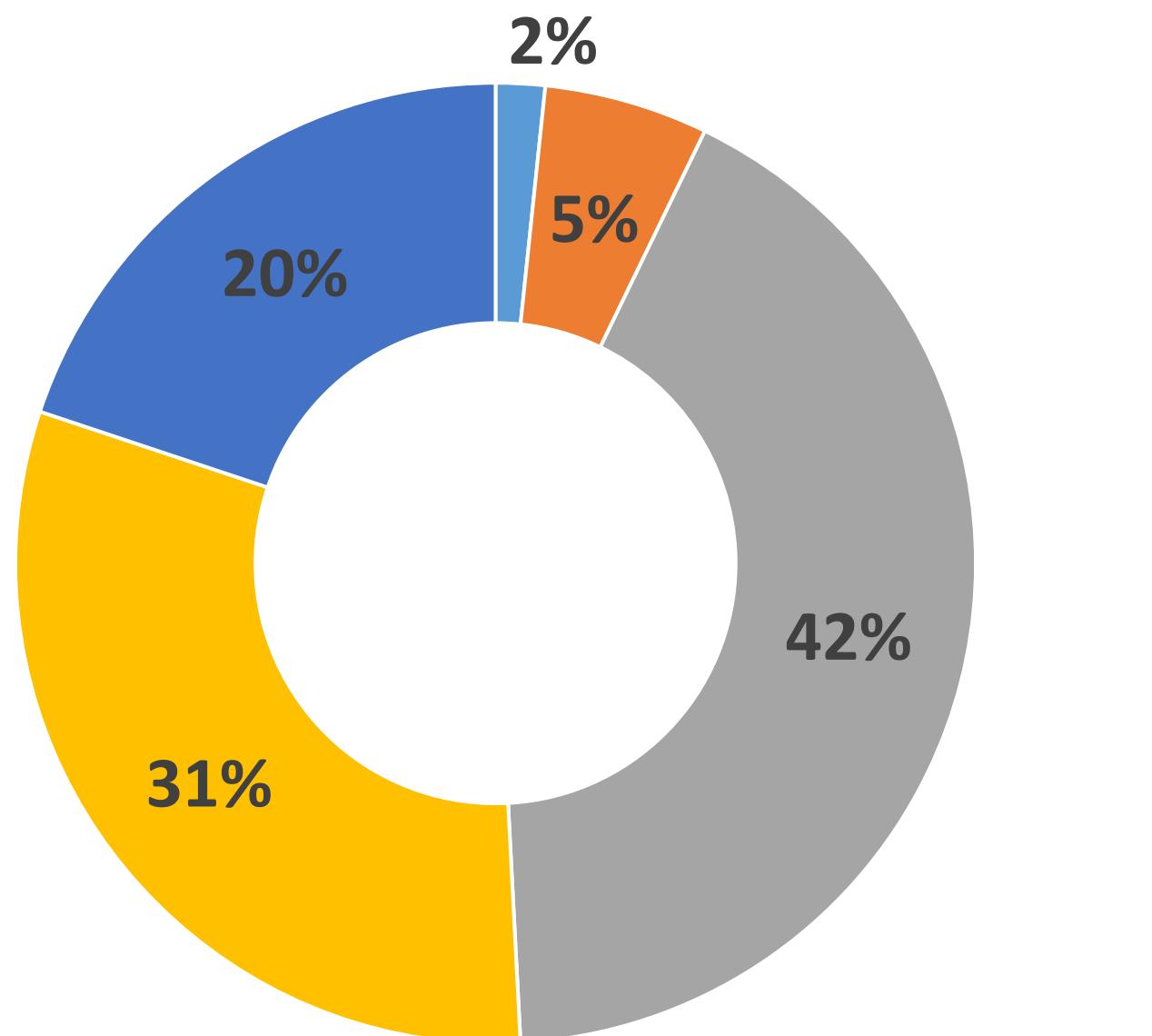
- **88% dos participantes consideraram que os Objetivos Estratégicos e Operacionais refletem as preocupações e necessidades identificadas.**

Dos 12% que responderam que “não”, os principais temas identificados foram:

- Necessidade de maior articulação entre objetivos estratégicos e operacionais; causa-consequência explícita para ligar ações aos objetivos;
- Integração com outras políticas públicas;
- Definição de metas nacionais segmentadas por setor;
- Papel das entidades da sociedade civil e operadores na promoção de comportamentos sustentáveis e maior alcance;
- Sugestão de acrescentar dimensão fiscal e reduzir barreiras administrativas; falta de incentivos e mecanismos de monitorização;
- Inconsistência conceptual sobre o papel do consumidor final.

6. Adequação dos 4 eixos orientadores da Estratégia face aos desafios identificados no combate ao desperdício alimentar

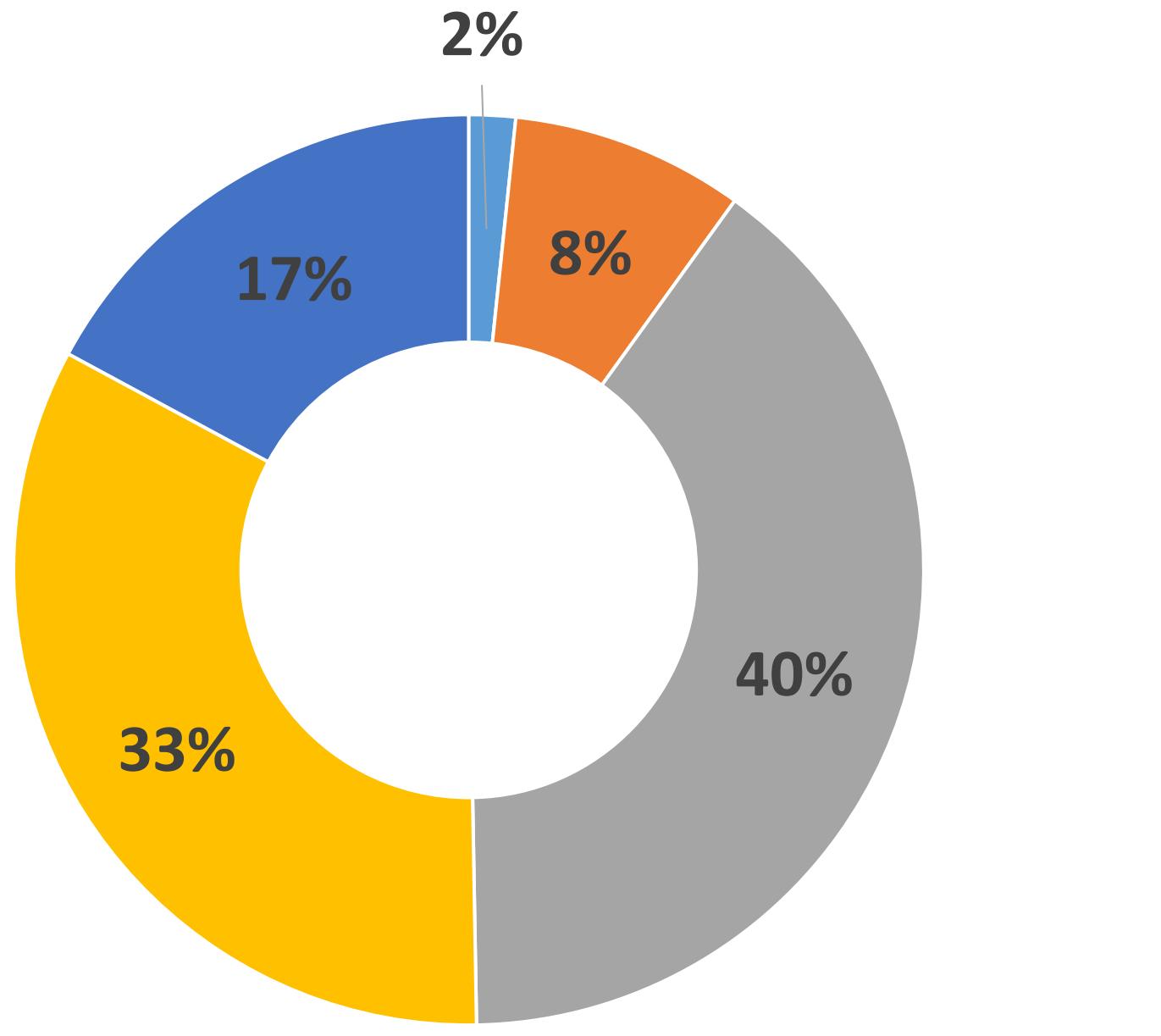
Eixo 1. Consumidor - Atuação integrada



- 1 - nada adequada
- 2 - pouco adequada
- 3 - adequada
- 4 - muito adequada
- 5 - extremamente adequada

- 42% dos participantes consideraram o Eixo 1 “adequada” face aos objetivos identificados;
- 51% consideraram o Eixo 1 “muito adequada” e “extremamente adequada”.

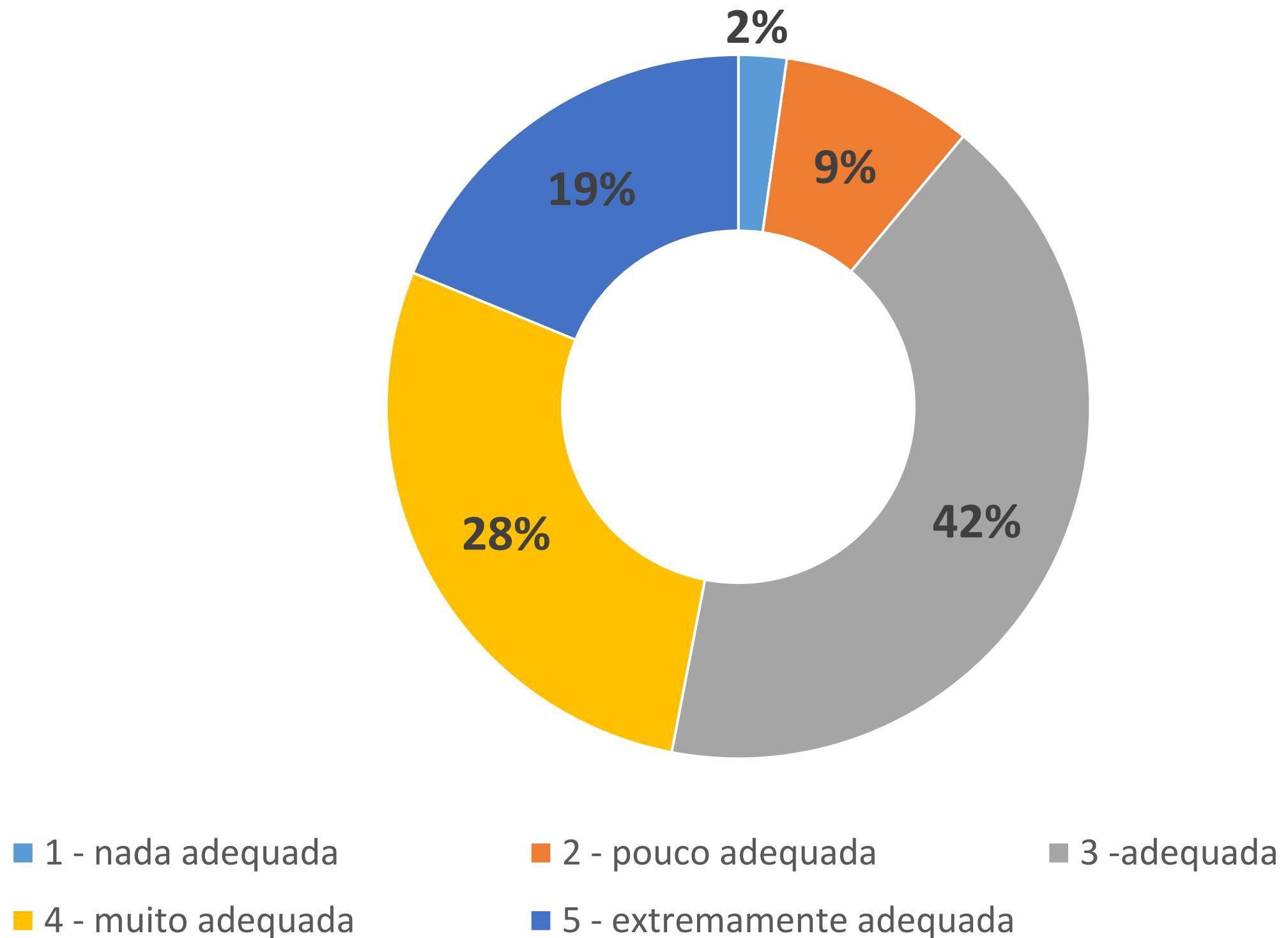
Eixo 2. Operadores da Cadeia Agroalimentar – Consolidar a articulação



- 1 - nada adequada
- 2 - pouco adequada
- 3 - adequada
- 4 - muito adequada
- 5 - extremamente adequada

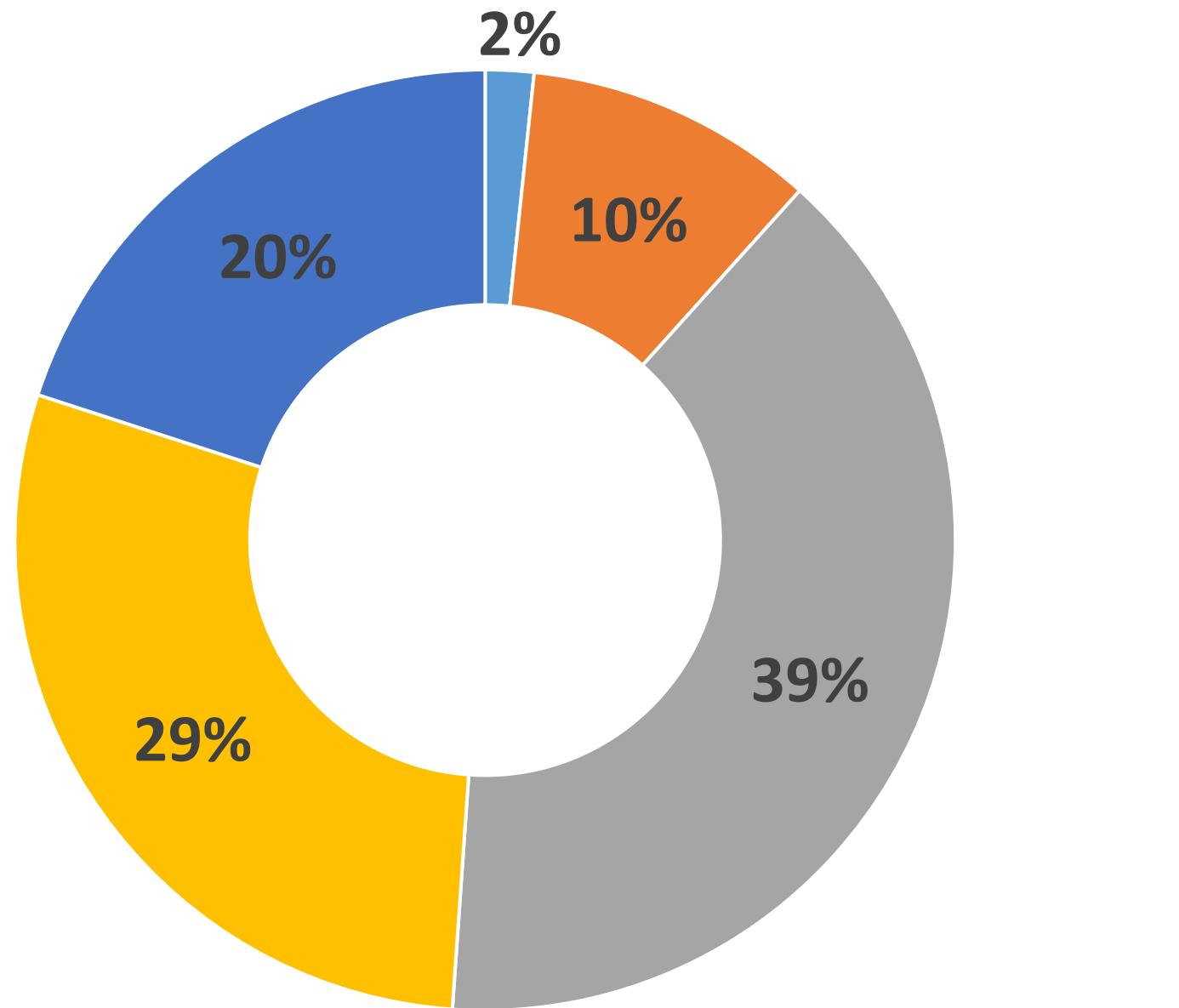
- **40% dos participantes consideraram o Eixo 2 “adequada” face aos objetivos identificados;**
- **50% consideraram o Eixo 2 “muito adequada” e “extremamente adequada”.**

Eixo 3. Regulação e Incentivos – Aspetos Legais e fontes de financiamento integrada



- **42% dos participantes** consideraram o Eixo 3 “adequada” face aos objetivos identificados;
- **47% consideraram o Eixo 3 “muito adequada” e “extremamente adequada”.**

Eixo 4. Institucional – Reforçar a governança - Atuação integrada



- 1 - nada adequada
- 2 - pouco adequada
- 3 - adequada
- 4 - muito adequada
- 5 - extremamente adequada

- **39% dos participantes consideraram o Eixo 4 “adequada” face aos objetivos identificados;**
- **49% consideraram o Eixo 4 “muito adequada” e “extremamente adequada”.**

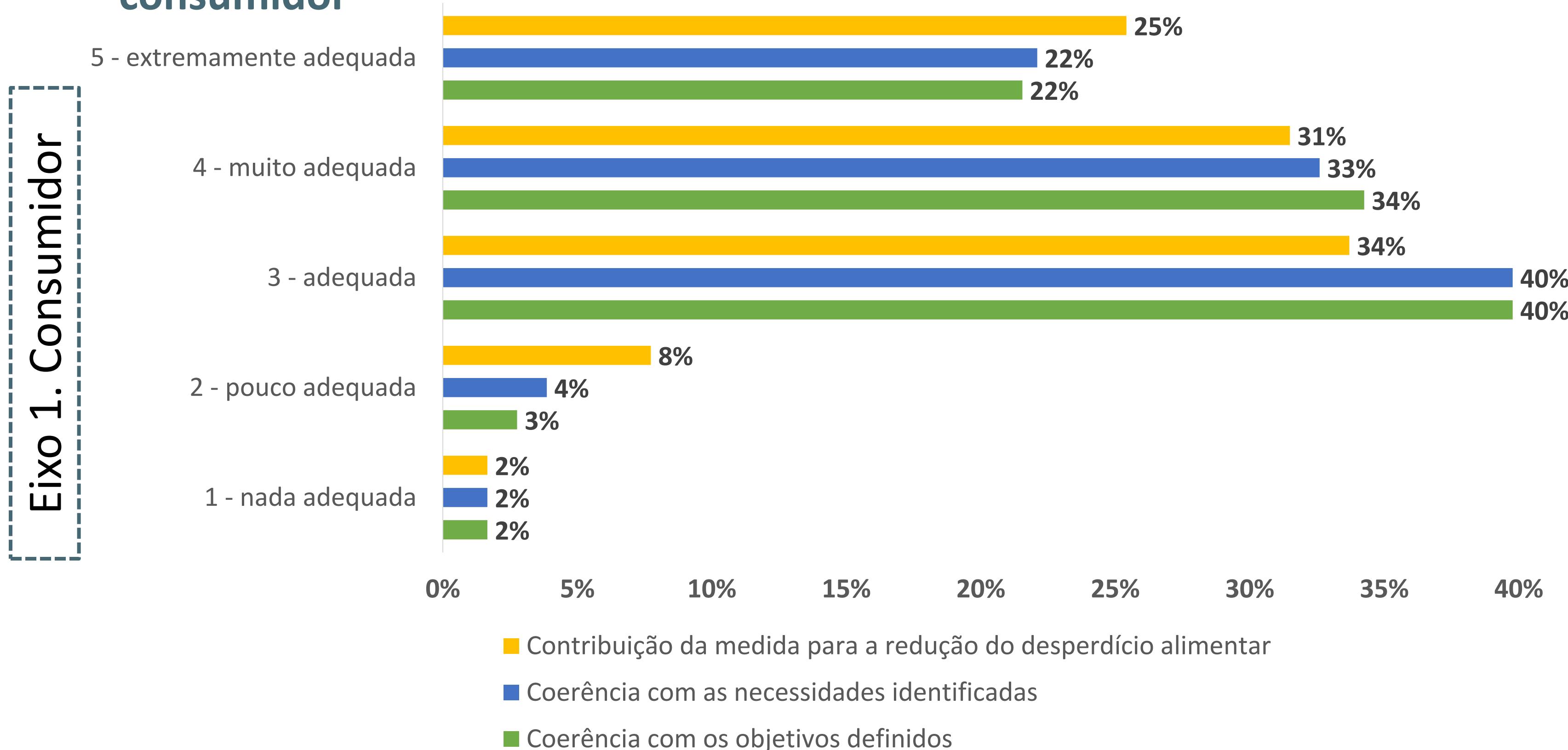
RESULTADOS

III. Avaliação das medidas propostas no plano de ação da ENCDA 2025+





7 e 8. Medida 1 – Promover ações de sensibilização direcionadas para o consumidor



- **Medida 1 - Promover ações de sensibilização direcionadas para o consumidor**
 - % de resposta para as opções “extremamente adequada” ou “muito adequada” ou “adequada”, de acordo com os critérios:

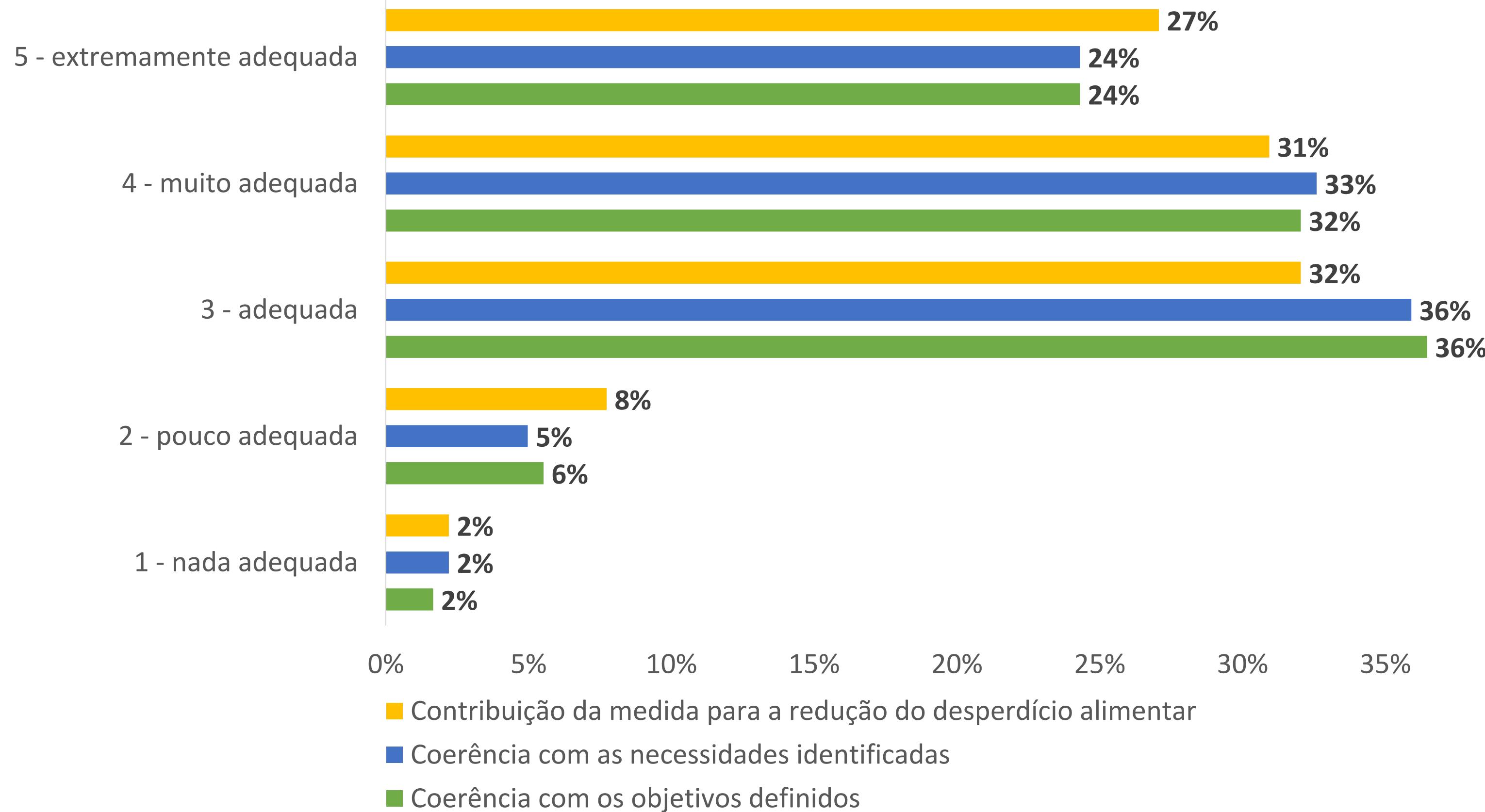
90%	■ Contribuição da medida para a redução do desperdício alimentar
95%	■ Coerência com as necessidades identificadas
96%	■ Coerência com os objetivos definidos

- As opções “pouco adequada” e “nada adequada” variaram entre 10%, 6% e 5%, e os principais motivos identificados foram:
 - Necessidade de abordagens práticas, emocionais e segmentadas, através do desenvolvimento de campanhas específicas, adaptadas a perfis e contextos culturais;
 - Sugerida maior atuação junto a instituições públicas e reforço do seu papel como agentes modelo; Foco em demasia no consumidor;
 - Sensibilização vista como necessária, mas insuficiente para mudanças comportamentais significativas. Necessidade de complementar com medidas estruturais (incentivos, regulação e responsabilização).
 - Sugestões mais concretas para educação com integração de ações educativas práticas e contínuas, com avaliação de impacto: envolvimento de nutricionistas, campanhas participativas, parcerias com o setor da distribuição e plataformas digitais.



9 e 10. Medida 2 – Reforçar a atuação em meio escolar

Eixo 1. Consumidor



• Medida 2 – Reforçar a atuação em meio escolar

- % de resposta para as opções “extremamente adequada” ou “muito adequada” ou “adequada”, de acordo com os critérios:

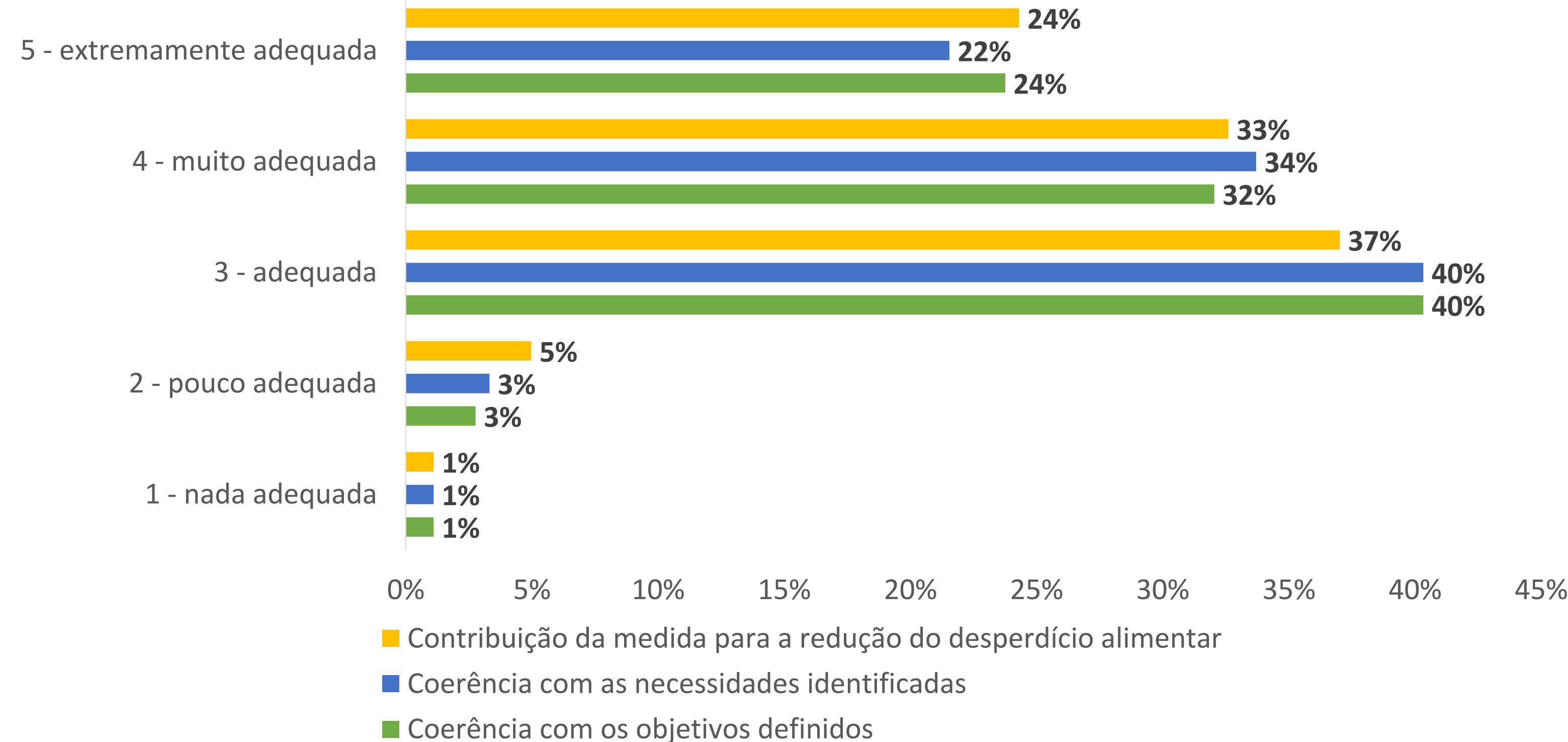
90%	■ Contribuição da medida para a redução do desperdício alimentar
93%	■ Coerência com as necessidades identificadas
92%	■ Coerência com os objetivos definidos

- As opções “pouco adequada” e “nada adequada” variaram entre 10%, 7% e 8%, e os principais motivos identificados foram:
 - A medida é considerada essencial, mas isolada não garante impacto significativo. É sugerida a integração da temática nos currículos escolares com indicadores claros de impacto;
 - Envolvimento insuficiente das famílias, professores e comunidade escolar em ações práticas: Promover hortas pedagógicas, oficinas de reaproveitamento e compostagem;
 - Necessidade de envolvimento dos refeitórios escolares - proposta de inclusão nos critérios de compras públicas a monitorização do desperdício alimentar;
 - Necessidade de abordagem contínua, adaptada às diferentes faixas etárias;
 - Criação de campanhas digitais para adolescentes (apps, desafios e *influencers*).

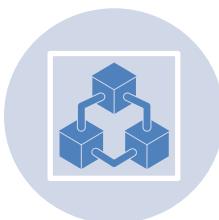


11 e 12. Medida 3 – Promover a partilha de conhecimento e a divulgação de boas práticas

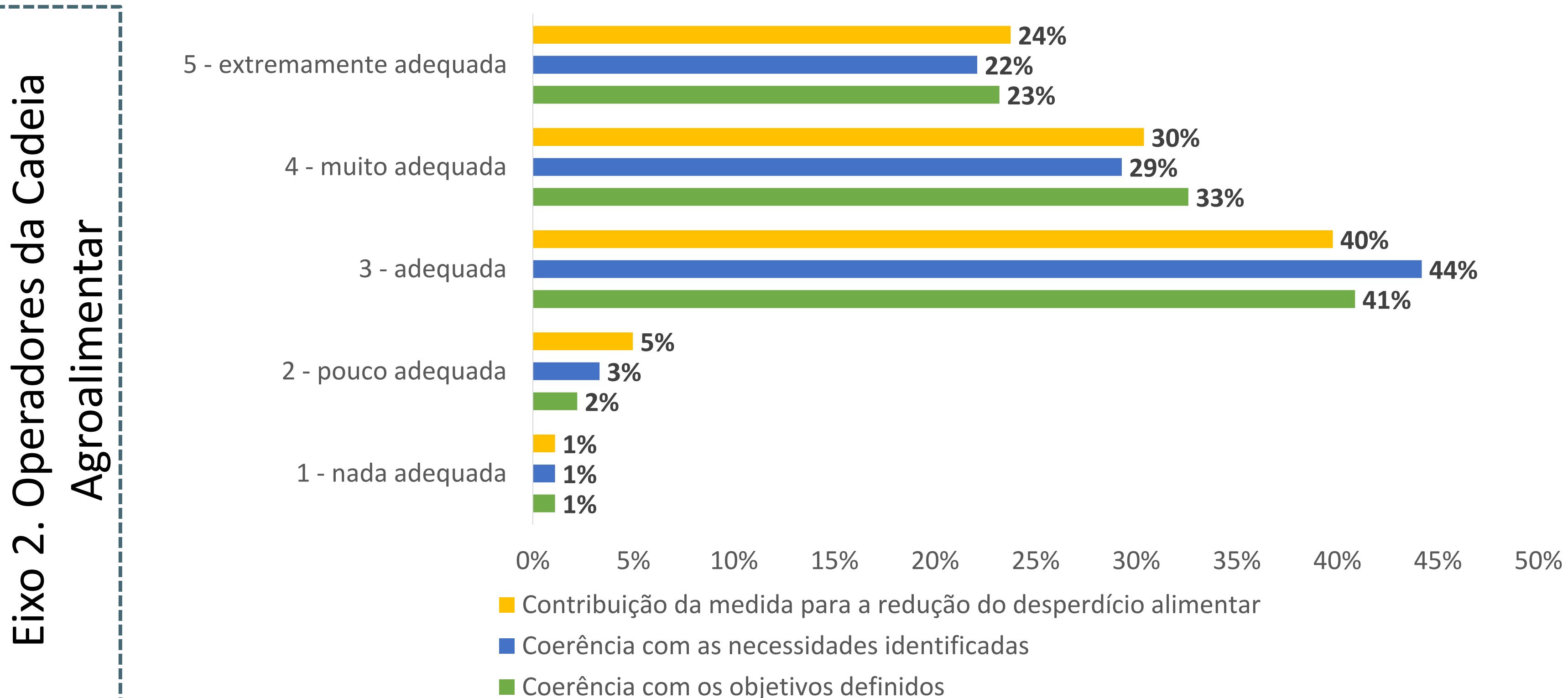
Eixo 2. Operadores da Cadeia



- **Medida 3 – Promover a partilha de conhecimento e a divulgação de boas práticas**
 - % de resposta para as opções “extremamente adequada” ou “muito adequada” ou “adequada”, de acordo com os critérios:
 - 94%** ■ Contribuição da medida para a redução do desperdício alimentar
 - 96%** ■ Coerência com as necessidades identificadas
 - 96%** ■ Coerência com os objetivos definidos
 - As opções “pouco adequada” e “nada adequada” variaram entre 6%, 4% e 4%, e os principais motivos identificados foram:
 - Medida relevante, mas genérica: necessidade de a tornar mais concreta, com critérios de validação e monitorização das boas práticas e indicadores de impacto;
 - Criar plataforma nacional interativa, de forma a promover redes colaborativas e de aprendizagem;
 - Desenvolver comunicação multiformato e adaptada/acessível a diferentes públicos;
 - Integrar municípios, universidades e setor privado para reforçar aplicabilidade.



13 e 14. Medida 4 – Consolidar a metodologia de quantificação, monitorização e reporte do desperdício alimentar



• Medida 4 – Consolidar a metodologia de quantificação, monitorização e reporte do desperdício alimentar

- % de resposta para as opções “extremamente adequada” ou “muito adequada” ou “adequada”, de acordo com os critérios:

94% ■ Contribuição da medida para a redução do desperdício alimentar

95% ■ Coerência com as necessidades identificadas

97% ■ Coerência com os objetivos definidos

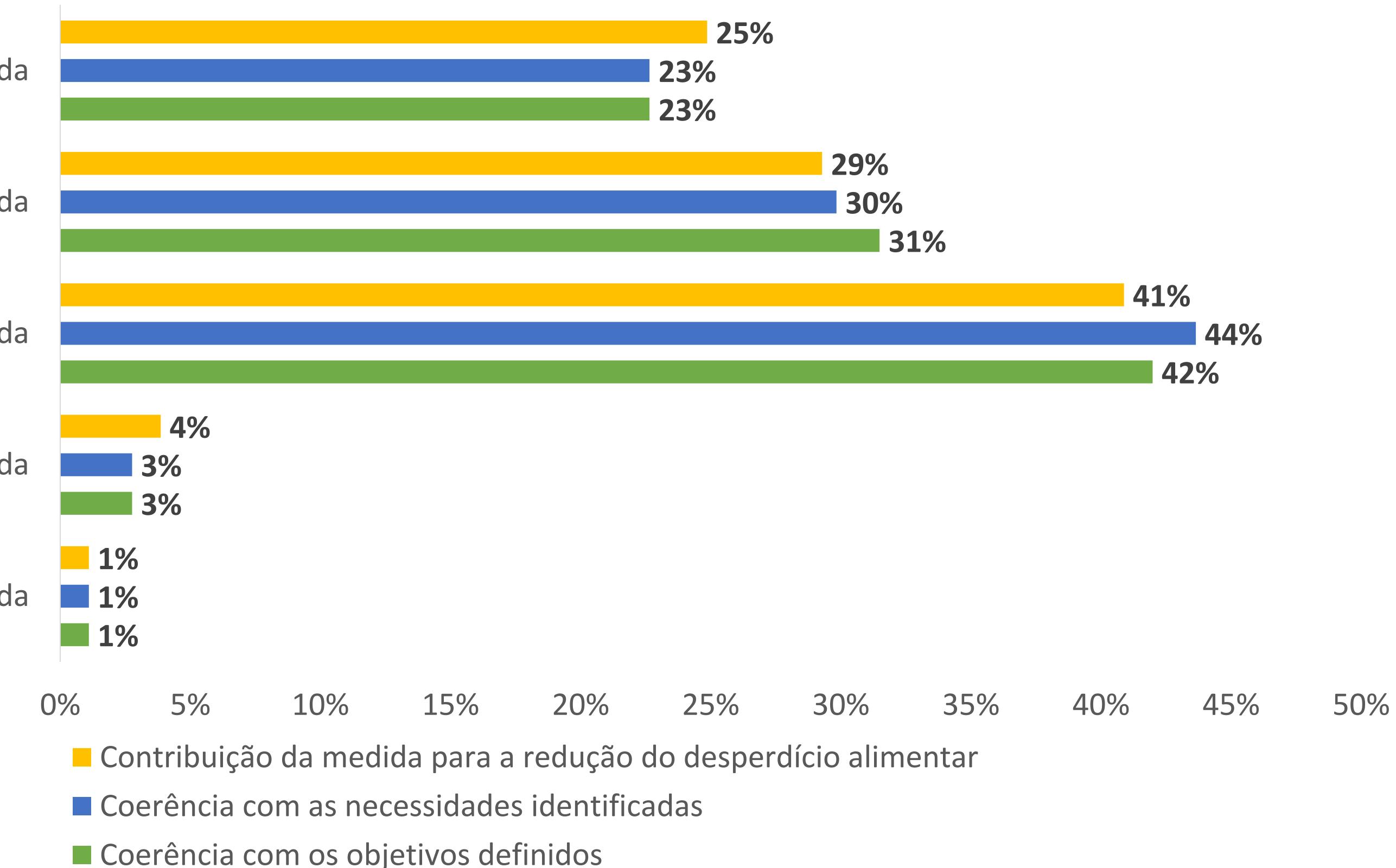
- As opções “pouco adequada” e “nada adequada” variaram entre 6%, 4% e 3%, e os principais motivos identificados foram:

- Necessidade de padronização metodológica e alinhamento com normas internacionais (ex.: *FLW Protocol*);
- Necessidade de definir indicadores-chave por setor, metas temporais claras e obrigatoriedade de reporte por setor;
- Garantir recursos técnicos, formação e apoio financeiro para implementação consistente;
- Criar plataforma tecnológica nacional integrada, com dados desagregados por setor e região;
- Publicar relatórios anuais e promover *benchmarking* entre setores: autarquias, associações e empresas.



15 e 16. Medida 5 – Avaliar o quadro regulatório para a identificação de potenciais áreas de melhoria

Eixo 3. Regulação e Incentivos



•Medida 5 – Avaliar o quadro regulatório para a identificação de potenciais áreas de melhoria

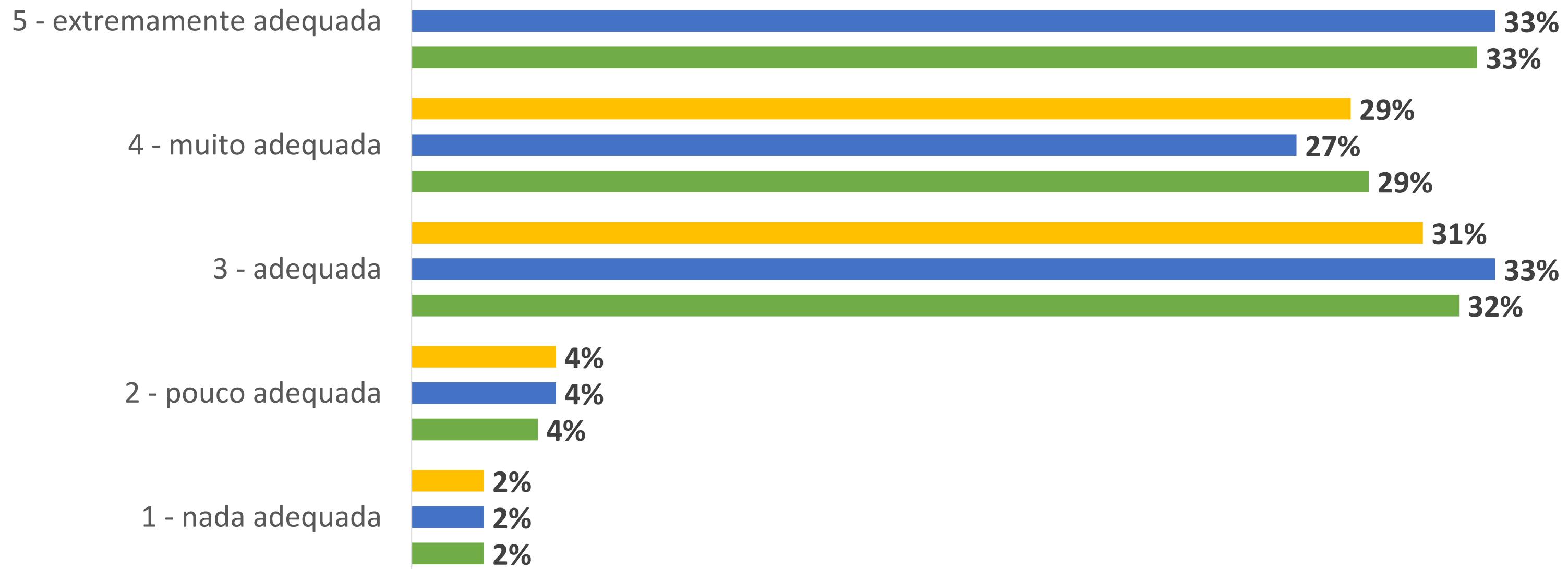
- % de resposta para as opções “extremamente adequada” ou “muito adequada” ou “adequada”, de acordo com os critérios:
 - 95% ■ Contribuição da medida para a redução do desperdício alimentar
 - 97% ■ Coerência com as necessidades identificadas
 - 96% ■ Coerência com os objetivos definidos

- As opções “pouco adequada” e “nada adequada” variaram entre 5%, 4% e 4%, e os principais motivos identificados foram:
 - Necessidade de definição de áreas prioritárias para a revisão regulatória, prazos e responsabilidades; assegurar mecanismos de fiscalização claros e recursos adequados para implementação;
 - Integrar mecanismos que promovam prevenção do desperdício (incentivos fiscais, penalizações, obrigações contratuais);
 - Necessidade de revisão abrangente garantindo a coerência entre legislação nacional e normas europeias, evitando duplicações: datas de validade, doação de alimentos, fiscalidade, rotulagem e segurança dos alimentos;
 - Criar processos participativos com operadores, consumidores e a sociedade civil;
 - Propostas para incentivos fiscais, simplificação de normas e eliminação de barreiras à redistribuição alimentar;
 - Sugestões para consultas públicas, pareceres técnicos e criação de roteiro regulatório com metas vinculativas.



17 e 18. Medida 6 – Facilitar e promover a doação de alimentos

Eixo 3. Regulação e Incentivos



- Contribuição da medida para a redução do desperdício alimentar
- Coerência com as necessidades identificadas
- Coerência com os objetivos definidos

• Medida 6 – Facilitar e promover a doação de alimentos

- % de resposta para as opções “extremamente adequada” ou “muito adequada” ou “adequada”, de acordo com os critérios:

94% ■ Contribuição da medida para a redução do desperdício alimentar

93% ■ Coerência com as necessidades identificadas

94% ■ Coerência com os objetivos definidos

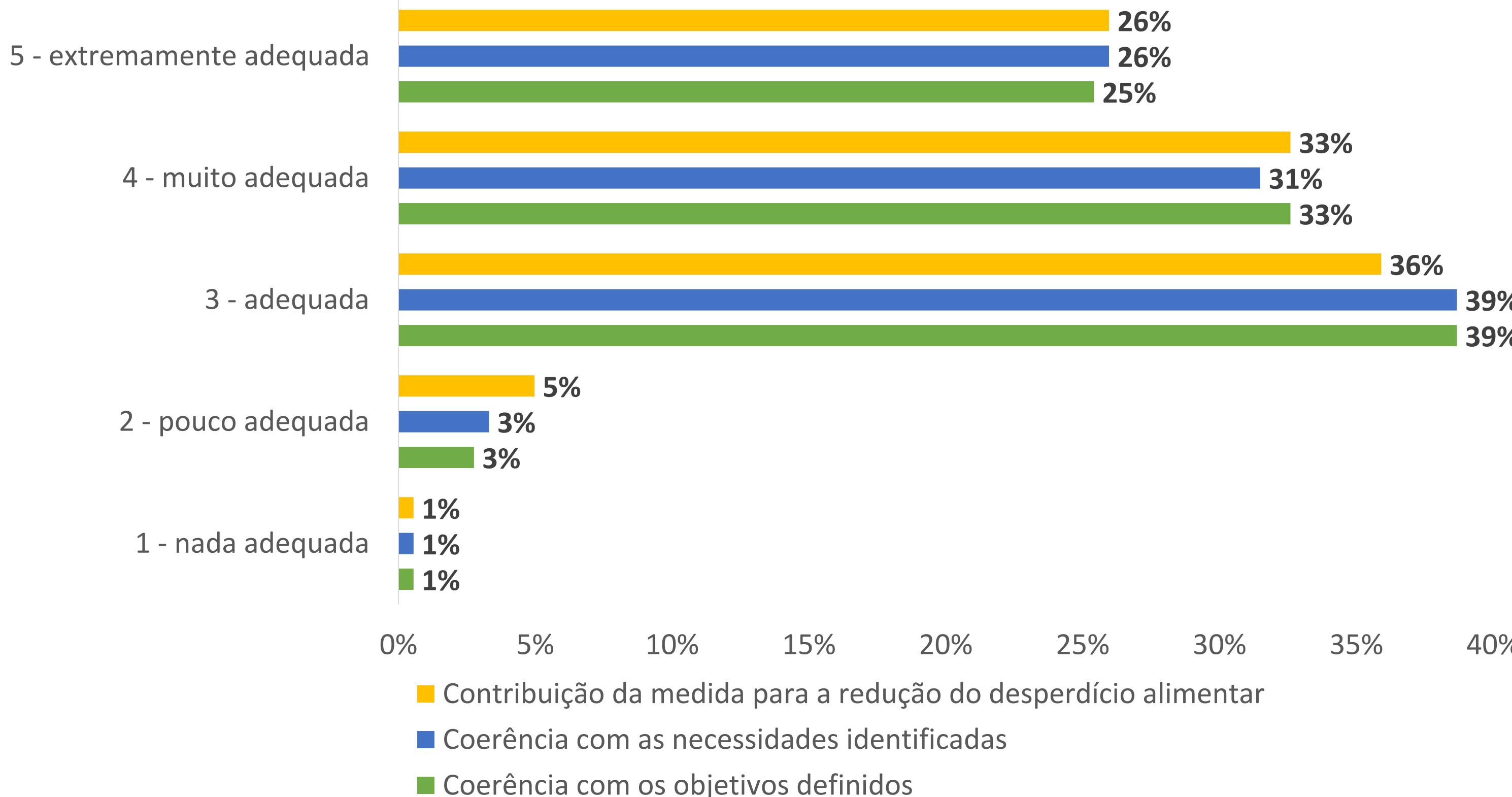
- As opções “pouco adequada” e “nada adequada” variaram entre 6%, 6% e 6%, e os principais motivos identificados foram:

- Garantir que a doação complementa, e não substitui, políticas de prevenção do desperdício e redução na origem;
- Falta de mecanismos de monitorização e definição clara de responsabilidades;
- Introduzir obrigatoriedade legal de doação para operadores com maior impacto, salvaguardando a higiene e segurança dos alimentos; inserir cláusulas contratuais e integrar com a hierarquia de uso dos alimentos;
- Propostas para incentivos fiscais, simplificação administrativa; criação de redes logísticas com sistemas de frio;
- Promover a articulação entre entidades públicas, privadas e sociedade civil para funcionamento eficaz da rede de doação;
- Necessidade de plataformas digitais para ligar doadores e beneficiários e publicação de dados anuais;
- Clarificar enquadramento fiscal e simplificar procedimentos administrativos e fiscais.



19 e 20. Medida 7 – Reforçar sinergias e a articulação institucional

Eixo 4. Institucional



• Medida 7 – Reforçar sinergias e a articulação institucional

- % de resposta para as opções “extremamente adequada” ou “muito adequada” ou “adequada”, de acordo com os critérios:

95% ■ Contribuição da medida para a redução do desperdício alimentar

96% ■ Coerência com as necessidades identificadas

97% ■ Coerência com os objetivos definidos

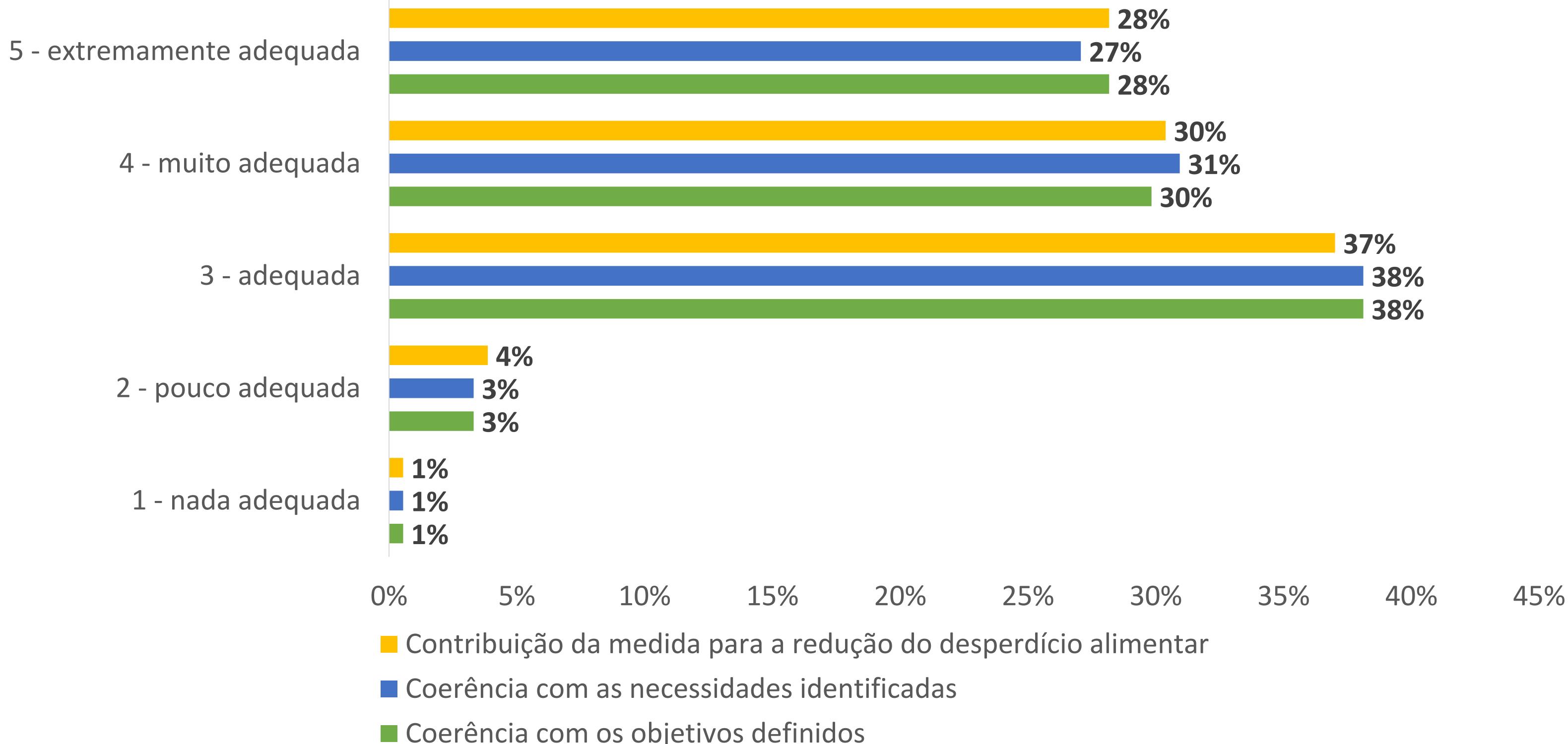
- As opções “pouco adequada” e “nada adequada” variaram entre 6%, 4% e 4%, e os principais motivos identificados foram:

- Necessidade de definir mecanismos claros de governança, calendarização e responsabilização;
- Criar órgão de coordenação interministerial permanente e protocolos formais de cooperação entre ministérios, autarquias, setor privado e sociedade civil;
- Promover redes colaborativas locais e plataformas de partilha contínua: grupos de trabalho intersetoriais, planos municipais e escolares contra o desperdício alimentar;
- Sugestões para financiamento estável, indicadores de impacto e reporte público anual;
- Integrar abordagens circulares (biofertilizantes, biogás) e reforçar ligação à dieta mediterrânea e circuitos curtos.



21 e 22. Medida 8 – Monitorizar e avaliar a execução das medidas de prevenção do desperdício alimentar

Eixo 4. Institucional

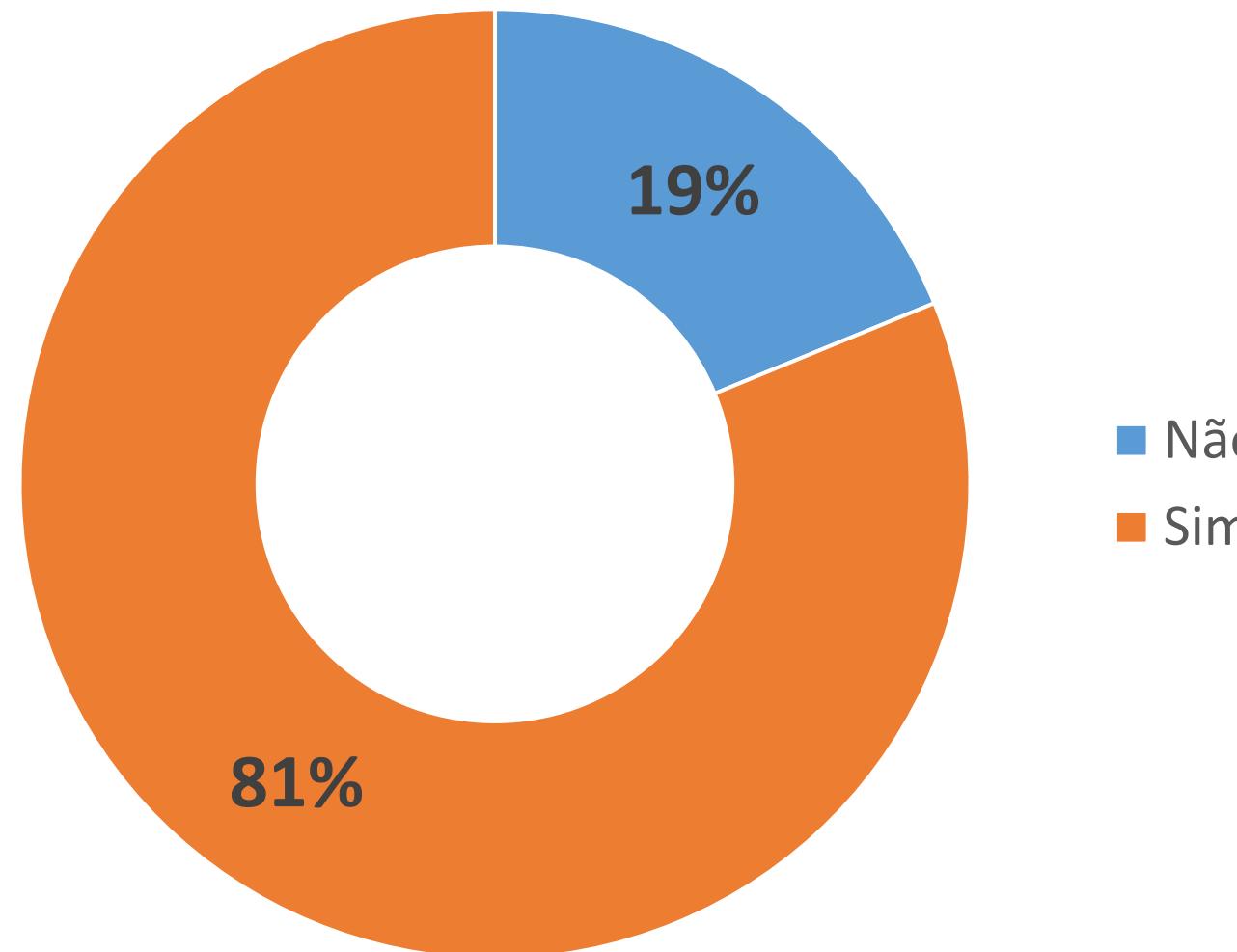


• Medida 8 –Monitorizar e avaliar a execução das medidas de prevenção do desperdício alimentar

- % de resposta para as opções “extremamente adequada” ou “muito adequada” ou “adequada”, de acordo com os critérios:
 - 95% ■ Contribuição da medida para a redução do desperdício alimentar
 - 96% ■ Coerência com as necessidades identificadas
 - 97% ■ Coerência com os objetivos definidos

- As opções “pouco adequada” e “nada adequada” variaram entre 5%, 4% e 4%, e os principais motivos identificados foram:
 - Garantir a monitorização transparente e participada, por entidades independentes;
 - Necessidade de definir indicadores qualitativos e quantitativos alinhados com os ODS e metas europeias;
 - Propostas para avaliação participativa, envolvendo academia, ONGs, consumidores e empresas;
 - Publicar relatórios nacionais periódicos sobre execução da estratégia e mecanismos de responsabilização com ajustes orçamentais;
 - Integrar plataformas digitais para monitorização e comunicação pública dos resultados.

23. Entende que as medidas propostas são suficientes face aos objetivos e necessidades identificadas?



• 81% dos participantes consideraram que as medidas propostas são suficientes face aos objetivos e necessidades identificadas.

23 e 24. Entende que as medidas propostas são suficientes face aos objetivos e necessidades identificadas?



- **81% dos participantes consideraram que as medidas propostas são suficientes face aos objetivos e necessidades identificadas.**

Dos 19% que responderam que “não”, os principais temas identificados foram:

- Necessidade de definição de metas SMART, indicadores claros e mecanismos de monitorização;
- Abordagem centrada na sensibilização, sem aprofundar fatores estruturais (promoções, embalagens e normas estéticas);
- Necessidade de reforço da articulação com outras políticas nacionais (PNEC, ENCPE, RGGR) e compras públicas;
- Necessidade de definir responsabilidades, mecanismos de reporte e transparência;
- Visão fragmentada entre a prevenção, doação e valorização (biofertilizantes, biogás) – necessidade de uma abordagem sistémica;
- Infraestruturas e incentivos insuficientes, com escassez de tecnologia, logística e instrumentos fiscais para viabilizar a implementação.

RESULTADOS

IV. Propostas de ações para o plano de ação da ENCDA 2025+



25. Que ações específicas considera importantes integrar no plano de ação da Estratégia?

Medida 1 – Promover ações de sensibilização direcionadas para o consumidor

Área de atuação	Ações propostas	Públicos-alvo
Campanhas nacionais	Criação de campanhas contínuas em TV, rádio, redes sociais e cinema; mensagens claras sobre como evitar o desperdício e impacto ambiental; Implementação de <i>nudges</i> como ferramenta de sensibilização;	Consumidores em geral
Literacia alimentar	Programa Nacional de Literacia Alimentar e Consumo Responsável (planeamento de compras, conservação, reaproveitamento de sobras);	Famílias, especialmente com crianças
Ferramentas digitais	Desenvolvimento de <i>apps</i> com alertas de validade, receitas com sobras, dicas de conservação;	Consumidores, jovens
Segmentação	Campanhas específicas para populações vulneráveis e famílias com crianças;	Famílias vulneráveis
Envolvimento comunitário	Sessões práticas em associações locais, workshops sobre gestão doméstica.	Comunidade local

Medida 2 – Reforçar a atuação em meio escolar

Área de atuação	Ações propostas	Públicos-alvo
Integração curricular	Inclusão obrigatória da temática do desperdício alimentar nos currículos do pré-escolar ao secundário; regulamentação específica para garantir continuidade;	Alunos (pré-escolar, básico, secundário), professores
Programas educativos práticos	Hortas pedagógicas, oficinas de cozinha sustentável, projetos de compostagem, monitorização do desperdício nos refeitórios escolares;	Comunidade escolar
Capacitação de profissionais	Formação contínua para docentes e assistentes operacionais; criação de guias pedagógicos e manuais práticos;	Professores, assistentes operacionais
Ferramentas digitais	Apps educativas, desafios escolares, plataformas digitais para partilha de boas práticas;	Alunos, escolas
Campanhas segmentadas	Ações específicas para adolescentes (<i>influencers</i> , redes sociais, conteúdos digitais); envolvimento das famílias; sensibilização ao nível local;	Adolescentes, famílias
Monitorização e avaliação	Indicadores claros para medir impacto (ex.: redução do desperdício nos refeitórios); relatórios anuais por escola ou agrupamento;	Escolas, municípios
Contexto universitário	Reforçar a divulgação de boas práticas para redução de desperdício alimentar no momento em que diversos alunos já têm que iniciar algumas práticas de gestão doméstica;	Alunos universitários

Medida 3 – Promover a partilha de conhecimento e a divulgação de boas práticas

Área de atuação	Ações propostas	Públicos-alvo
Reconhecimento	Criação do “Selo Zero Desperdício” para operadores da cadeia alimentar; utilização do selo distintivo “Produção Sustentável, Consumo Responsável”;	Retalho, restauração, produtores, consumidores
Capacitação técnica	Apoio pedagógico às IPSS e associações recetoras (manuais práticos, transmissão de conhecimentos); formação específica para canal HORECA; capacitação de profissionais de cozinha e gestores de refeitórios públicos; Financiamento por resultados e apoio a projetos inovadores com redução comprovada de desperdício; apoio a projetos de I&D de transformação de subprodutos.	IPSS, associações, restaurantes, hotéis
Inovação		Empresas, organizações sociais, Autarquias
Divulgação de boas práticas	Campanhas nacionais para partilha de soluções inovadoras; criação de plataformas digitais para troca de experiências;	Empresas, setor social, consumidores
Eventos e redes	Organização de congressos e encontros com vertente de redução e prevenção do desperdício alimentar; criação de redes locais para partilha de boas práticas;	Sociedade civil, municípios, operadores
Valorização de subprodutos	Criar linhas-piloto para aproveitamento de pescado sem valor comercial em articulação com indústria conserveira e universidades; implementar em outras fileiras.	Indústria conserveira, produtores, universidades

Medida 4 – Consolidar a metodologia de quantificação, monitorização e reporte do desperdício alimentar

Área de atuação	Ações propostas	Públicos-alvo
Sistema nacional de medição	Criação de um sistema obrigatório para quantificação e reporte do desperdício alimentar em toda a cadeia; reforçar a atuação de todos os operadores;	Indústria agroalimentar, retalho, restauração
Indicadores e transparência	Publicação regular de estatísticas nacionais; <i>dashboards</i> acessíveis ao público;	Administração pública, consumidores, investigadores
Monitorização local	Implementação obrigatória de medições por amostragem municipal; auditorias a estabelecimentos;	Municípios, entidades gestoras de resíduos
Ferramentas digitais	Plataformas para recolha e análise de dados em tempo real; integração com observatórios;	Administração pública, operadores económicos
Revisão normativa	Revisão da Portaria que aprova as normas técnicas para caracterização de resíduos urbanos.	Entidades gestoras de resíduos, Operadores da cadeia alimentar

Medida 5 – Avaliar o quadro regulatório para a identificação de potenciais áreas de melhoria

Área de atuação	Ações propostas	Públicos-alvo
Enquadramento legal	Reforço do enquadramento legal sobre doação de alimentos; responsabilidade legal do doador; regulamentação da Lei n.º 62/2021; Promover maior agilidade nas decisões regulatórias, nas situações em que não está em causa a segurança alimentar;	Organizações do setor social e solidário, operadores económicos
Rotulagem e validade	Revisão das datas de validade; harmonização de guias de doação;	Indústria alimentar, retalho, consumidores
Práticas comerciais	Regulação de promoções que incentivam desperdício; flexibilização dos calibres e formatos;	Retalho, produtores, distribuidores
Hierarquia obrigatória	Definição legal da hierarquia de prioridades para os operadores;	Operadores da cadeia alimentar
Incentivos fiscais e regulatórios	Bonificação para redução na origem; mecanismos céleres para decisões regulatória;	Operadores económicos
Normas de comercialização	Revisão das normas de comercialização de frutas e hortícolas, garantindo maior flexibilidade para escoamento de produtos fora do calibre comercial.	Operadores da cadeia alimentar

Medida 6 – Facilitar e promover a doação de alimentos

Área de atuação	Ações propostas	Públicos-alvo
Incentivos fiscais	Majoração no IRC, isenção de IVA para doações; implementar um sistema nacional de incentivos;	Retalho, restauração, produtores, Organizações do setor social e solidário
Plataformas digitais	Criação de <i>apps/plataforma</i> para redistribuição em tempo real de excedentes alimentares;	Retalho, Organizações do setor social e solidário, consumidores
Infraestrutura	Apoio logístico às IPSS (câmaras de frio, transporte adequado);	Organizações do setor social e solidário, bancos alimentares
Parcerias estratégicas	Estabelecer parcerias entre potenciais doadores e recetores para escoamento de excedentes agrícolas e produtos próximos do prazo; operador responsável pelo levantamento e entrega;	Produtores agrícolas, retalhistas, restauração, Bancos alimentares, Organizações do setor social e solidário
Doação de excedentes	Plano nacional de doação de hortofrutícolas (que não reúnam condições de comercialização), ou incentivos à sua transformação.	

Medida 7 – Reforçar sinergias e a articulação institucional

Área de atuação	Ações propostas	Públicos-alvo
Governança local	Implementação de Planos Municipais de Combate ao Desperdício Alimentar, com metas locais e relatórios anuais; criação de ecopontos alimentares em escolas e unidades de saúde; envolvimento de associações setoriais e sociedade civil;	Municípios, juntas de freguesia, serviços locais; associações setoriais
Infraestrutura e logística	Investimento em câmaras de frio, transporte e digitalização;	IPSS, associações, autarquias
Capacitação técnica	Dotar as Autarquias de conhecimentos técnicos e ferramentas práticas para implementar ações locais;	Autarquias, técnicos locais
Acordos setoriais com metas	Criar compromissos vinculativos e formalizar parcerias entre a Administração pública e os vários setores (retalho, restauração, indústria agroalimentar) para redução do desperdício;	Administração pública, Associações setoriais
Contratação pública	Inclusão de cláusulas nos cadernos de encargos das compras públicas (ex.: refeitórios escolares, cantinas públicas), requerendo planos de redução de desperdício;	Administração central e Autarquias
Projetos-Piloto	Desenvolver projetos-piloto que integrem diferentes elementos da cadeia de valor para testar soluções inovadoras, identificar barreiras e ajustar estratégias antes da implementação em larga escala.	Associações setoriais, Operadores económicos

Medida 8 – Monitorizar e avaliar a execução das medidas de prevenção do desperdício alimentar

Área de atuação	Ações propostas	Públicos-alvo
Relatórios públicos	Metas intermédias nacionais (2027/2028) e transparência;	Administração pública, sociedade civil
Envolvimento de <i>stakeholders</i>	Inclusão de associações setoriais nos grupos consultivos;	Associações setoriais
Observatório Nacional	Monitorização de dados e metas;	Administração pública, investigadores
Financiamento	Criação de um Fundo Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar, com receitas do setor agroalimentar, turismo e restauração.	Operadores económicos

Grupos Consultivos

Integração de entidades relevantes

Inclusão da DECO, ONGs, universidades, associações setoriais e movimentos da sociedade civil.

Função consultiva

Apoiar a definição, implementação e monitorização da Estratégia.

Articulação multisectorial

Garantir que todos os elos da cadeia alimentar estão representados.

Sinergias com iniciativas existentes

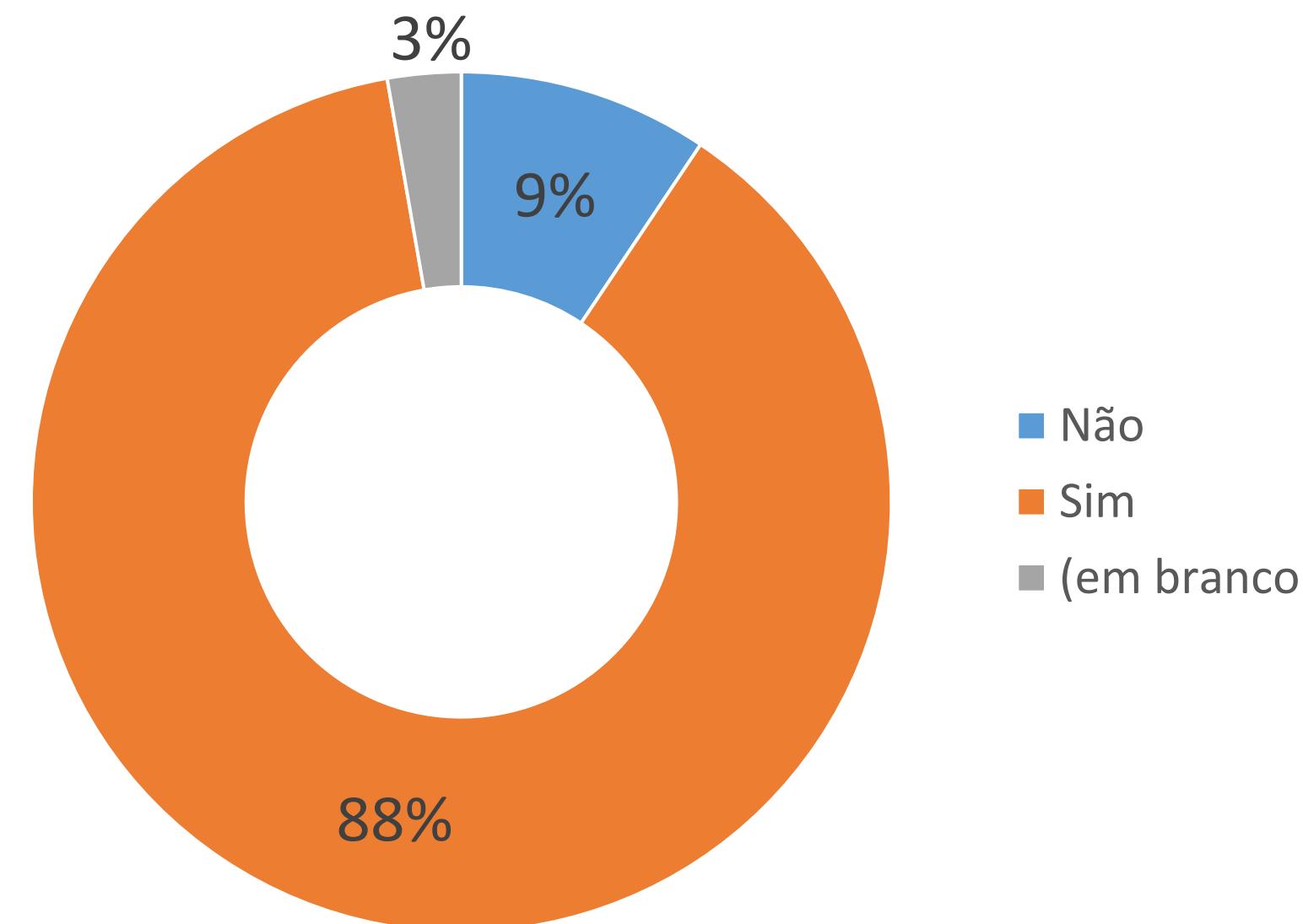
Integrar os resultados e boas práticas dos projetos PNAES criadas ao nível dos territórios em ações (medidas 2 e 3).

RESULTADOS

V. Alinhamento da ENCDA
2025+ com a Diretiva-
Quadro Resíduos

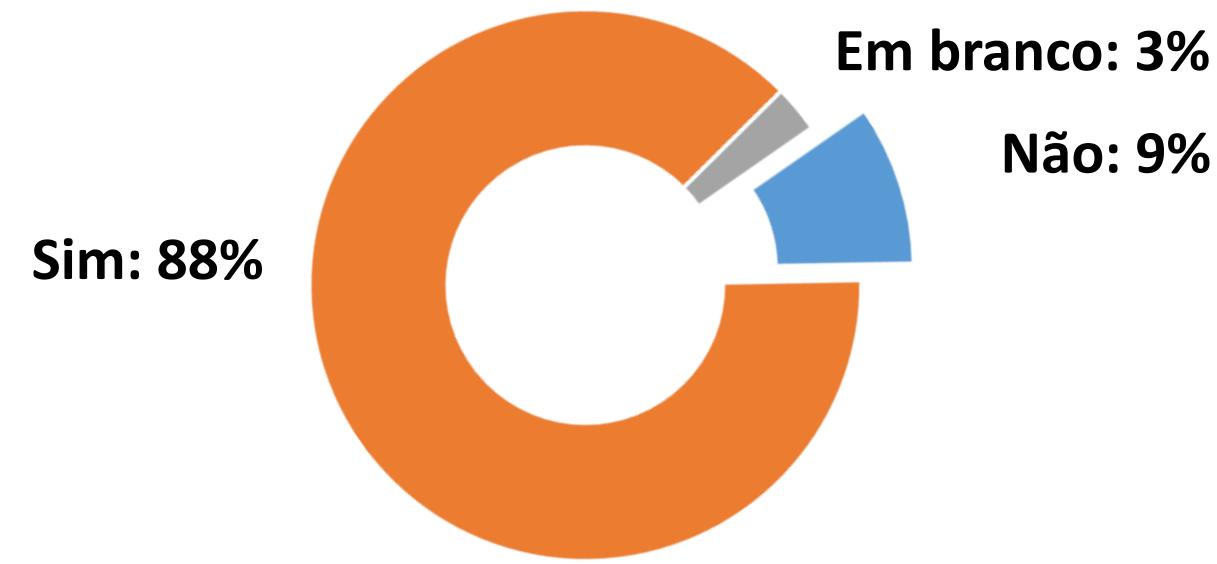


26. Considera que a proposta de revisão da Diretiva-Quadro Resíduos da União Europeia para o setor alimentar está alinhada com as medidas previstas na ENCDA 2025+?



• **88%** dos participantes consideraram que as medidas previstas na ENCDA 2025+ estão alinhadas com a Diretiva-Quadro Resíduos.

26 e 27. Considera que a proposta de revisão da Diretiva-Quadro Resíduos da União Europeia para o setor alimentar está alinhada com as medidas previstas na ENCDA 2025+?



- 88% dos participantes consideraram que as medidas previstas na ENCDA 2025+ estão alinhadas com a Diretiva-Quadro Resíduos.**

Dos 12% que responderam que “não”, os principais temas identificados foram:

- Definir metas por setor, publicar relatórios periódicos e plataformas digitais integradas;
- Rever normas que dificultam prevenção/doação; criar incentivos fiscais e penalizações;
- Necessidade de integração com outras políticas nacionais e europeias;
- Atuar sobre práticas de mercado (promoções, embalagens e formatos);
- Complementar sensibilização com ações práticas, segmentadas e campanhas nacionais que alterem normas sociais;
- Criar sistemas logísticos, plataformas digitais e mecanismos de reporte;
- Responsabilização diferenciada por setor: metas específicas para indústria, retalho, restauração e consumo doméstico.

Próximos passos

No seguimento do processo de consulta pública e da elaboração do presente relatório, a Comissão Nacional de Combate ao Desperdício (CNCDA) irá proceder à análise dos contributos e à concretização das próximas etapas:

-  Integração dos contributos recebidos no documento final da ENCDA 2025+;
-  Finalização do plano de ação, e avaliação das propostas de ações identificadas durante a consulta para cada medida, pelos subgrupos de medida;
-  Preparação da Proposta final de documento para entrega às respetivas tutelas.

ANEXOS

[Formulário da consulta
pública \(pdf\)](#)

